

deiavicente@gmail.com - claudiarodrigues.3@hotmail.com - almeidamarcelina@gmail.com ■

Disponibilizamos para nossas leitoras e nossos leitores mais um número da **Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer**, que traz em destaque o dossiê *Epidemias e suas narrativas multidisciplinares ao longo da História*, organizado por **Camila Diogo de Souza**, pesquisadora visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, no Brasil; **Manuel Alberto Morales Damian**, professor da área acadêmica de História e Antropologia da Universidade Autônoma do Estado de Hidalgo, no México; **Renato Cymbalista**, professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no Brasil; e **Adriane Piovezan**, membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), de Florianópolis, no Brasil.

As transformações dos comportamentos humanos diante da morte estão relacionadas à cultura e, conseqüentemente, ao cenário histórico e social de cada época. Refletir sobre as epidemias é uma oportunidade para entender como estes eventos envolveram os seres humanos, seus corpos e sensibilidades em diferentes

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do Centro de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). CV: <http://lattes.cnpq.br/3178816058544660>

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). CV: <http://lattes.cnpq.br/9404294693649713>

*** Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Sócia-fundadora da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). CV: <http://lattes.cnpq.br/6813138729924319>



contextos sociais. É a partir dessas experiências sensíveis, difíceis e traumáticas que a história também se constrói, a exemplo da atual conjuntura pandêmica de COVID-19 e seus protocolos de biossegurança, com significativos impactos sobre o modo como lidamos com os mortos, realizamos os funerais e temos (re)inventado formas de viver o luto. Situações que evidenciam o modo pelo qual as epidemias têm forçado as diferentes sociedades e culturas a traçar estratégias para lidar com a finitude, ao mesmo tempo em que se busca preservar a vida. Na articulação entre vida e morte, o atual contexto pandêmico tem mobilizado múltiplas reflexões sobre os surtos do passado, no sentido de identificar semelhanças e diferenças que auxiliem uma compreensão mais profunda, para lidar com um dos mais difíceis momentos de nossa História recente.

É com esse intuito que a **Seção Dossiê** propõe diferentes olhares sobre as relações entre epidemia e morte no passado. Iniciamos com o artigo *"A paleopatologia e o estudo das doenças no passado"*, de **Andersen Liryo**, professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua proposta é efetuar uma revisão da literatura sobre paleopatologia, disciplina que investiga as doenças do passado a partir dos vestígios arqueológicos de remanescentes esqueléticos e mumificados humanos, que representam os registros diretos do fenômeno de adoecimento, para compreender o impacto dos surtos epidêmicos sobre nossos antepassados. Após situar os debates em torno dos primórdios da disciplina, na segunda metade do século XIX, Liryo percorre diferentes tendências teóricas, metodológicas e de abordagens no enfoque da paleopatologia ao longo da história. Nesse processo, como afirma o autor, a morte e os mortos não são tomados como o fim da paleopatologia em si, mas como os meios para investigar o "estilo de vida das populações, suas características culturais e sua relação com o meio ambiente, em detrimento de seu sofrimento com as doenças ou de sua morte".

Uma representação sobre a epidemia na Antiguidade grega é tratada por **Cristina de Souza Agostini**, professora de História da Filosofia Antiga e de Ensino de Filosofia do curso de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em *"Mácula e contágio: a peste como resultado do miasma em Édipo Rei"*. O artigo apresenta uma análise filosófica de uma das tragédias gregas mais encenadas no período clássico, com maior número de adaptações pelos palcos do mundo: Édipo Rei, escrita por Sófocles, cinco séculos antes da era cristã. Sua proposta busca separar do recorrente tema do incesto edipiano e do parricídio, embora esses eventos sejam essenciais na análise. Para tanto, propõe uma interpretação da peste epidêmica que atinge toda a população de Tebas, plantas e animais, quinze anos depois que Édipo matou o próprio pai. Em sua argumentação, Agostini compreende a peste epidêmica que atingiu a cidade como efeito da negligência de Édipo quanto aos procedimentos de purificação após cometer o parricídio. A impossibilidade de dar destino adequado aos cadáveres teria, como efeito sanitário, a exposição dos corpos em decomposição sobre Tebas, provocando putrefações contínuas que contaminaram a água e o solo. O determinante para a ocorrência da peste, segundo Agostini, não foi

o ato individual de Édipo, mas a ação genérica de homicídio desprovida da necessária purificação ritual, seguida pela tentativa de ocultamento do fato, ao silenciar sobre o assassinato. É nesse sentido que a autora mobiliza as noções de pureza e impureza nos estudos das tragédias do século V a.C., sugerindo uma associação entre purificação ritual e mácula, na interpretação da peste que afetou Tebas e produziu mortes em larga escala.

Avançando pelo estudo da epidemia, agora na Época Moderna, **Ricardo Willy Rieth**, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil, em *“É permitido fugir do risco de morte?’ de M. Lutero: Práticas culturais em um panfleto da peste no começo da Época Moderna”*, aborda um conjunto inédito de fontes, chamadas “folhetos ou panfletos da peste”. Mais ineditamente ainda, utiliza o folheto de autoria de Martinho Lutero, de 1527, diante de surtos de peste bubônica que assolaram as cidades de Breslau e Wittenberg, traduzido e reeditado continuamente até o século XIX. Por meio da tradução do original alemão, Rieth apresenta como a Reforma Protestante do início do século XVI propôs mudanças significativas nas atitudes frente aos surtos epidêmicos, ao restringir as tradicionais práticas de invocação e veneração aos santos, como intermediários no socorro dos fiéis diante de epidemias consideradas como castigo divino, em decorrência do pecado, cujo enfrentamento representava prova de fé. Essa obra de Lutero pouco conhecida combina suas orientações médicas e religiosas contra a peste e o risco de morte, provenientes de sua atuação no acompanhamento de enfermos e moribundos. A obra indica os rituais por ele recomendados, na iminência da morte, suas considerações sobre os cemitérios, o modo como consolava os fiéis e os orientava a enfrentar a peste e fugir da morte.

Os dois artigos seguintes abordam contextos epidêmicos que afetaram o Império brasileiro no século XIX. Em *“E a padiola ia e vinha, rangendo lugubrememente’: coveiros, cemitérios e epidemia do cólera no Ceará (1862)”*, **Jucieldo Ferreira Alexandre**, professor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri, e **Dhenis Silva Maciel**, professor de disciplina propedêutica da Faculdade Católica de Fortaleza, enfocam o modo pelo qual o grave surto epidêmico de cólera morbus, em 1862, desnudou as profundas desigualdades sociais na província do Ceará. O artigo investiga as dificuldades das autoridades na contratação de indivíduos para atuar no ofício de transporte de doentes e de cadáveres afetados pela enfermidade e o recurso à violência policial no agenciamento de pessoas para atuar como coveiros. As fontes analisadas evidenciam o trabalho dos indivíduos agenciados nos segmentos sociais mais depauperados para o exercício da função e seu processo de desqualificação social por meio de termos pejorativos pelos quais eram identificados, evidenciando que a desestruturação da tradicional ritualização da morte impactava as práticas de sepultamento e os agentes sociais por elas responsáveis.

O artigo seguinte, *“Uma epidemia chamada patriarcalismo e suas sequelas: o caso A menina morta”*, argumenta que a segunda grande manifestação da febre amarela no Rio de Janeiro dos anos 1870 deixou marcas em romances da literatura brasileira.

Na perspectiva dos Estudos Literários, **Josalba Fabiana Santos**, professora de Literatura Brasileira no Departamento de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Sergipe, analisa o romance “A menina morta”, de Cornélio Penna, em 1954, que retrata o impacto da febre amarela disseminada na Corte do Rio de Janeiro sobre a família de Carlota Albernaz, moradora numa rica fazenda cafeeicultora da província do Rio de Janeiro, ao ocasionar a morte do irmão e do pai da protagonista. Apropriando-se do conceito de Susan Sontag da doença como metáfora para outras situações temíveis, Josalba Santos propõe uma associação inversamente proporcional entre a febre amarela e o sistema patriarcal vigente, ao argumentar que quanto maior a expansão da febre amarela, maior o declínio do patriarcalismo. É deste modo que, no intervalo de tempo entre a viagem do pai de Carlota à Corte, até sua morte por febre amarela nesta capital imperial, a protagonista progressivamente é confrontada com as antigas ações de domínio do patriarca e proprietário da fazenda: a autoritária administração da fazenda, a violência sobre os escravos e o domínio sobre a vida da família, ao ponto de determinar o noivado não desejado de Carlota e com João Batista, na então corrente prática do casamento por interesse. Para a autora, a morte do patriarca permitiria que sua filha, herdeira da propriedade, tomasse atitudes no sentido diverso ao do pai, promovendo não só a libertação dos escravos como sua própria, ao liberá-la de um casamento indesejado.

Deslocando o enfoque dos surtos epidêmicos do Brasil oitocentista para Portugal, o sexto artigo do dossiê, *“Quando a morte espreita: as epidemias no Minho entre o século XIX e as primeiras duas décadas do século XX”*, de autoria de **Alexandra Patrícia Esteves**, professora de História na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa, e **Silvia Daniela Pinto**, mestre em Património e Turismo Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. O texto abrange as doenças e epidemias que atingiram a região do Minho, no norte de Portugal, levando à morte uma parcela da população, entre os séculos XIX e primeiras décadas do XX. Ademais de cólera, varíola, tifo, gripe pneumônica, a pobreza, as práticas de higiene e as precárias condições de vida de significativa parte da população, foram fatores potencializadores do surgimento e disseminação de doenças. Apesar do desenvolvimento de instituições médicas e de práticas sanitárias voltadas para o tratamento especializado de certas patologias, as autoridades sanitárias e administrativas nem sempre tiveram sucesso em efetivar medidas de combate à propagação dessas enfermidades, devido à resistência da população em aceitá-las, por afetarem seu modo de vida, ao tentar regular comportamentos e colocar em causa seu sustento.

“La representación de las pasiones humanas como epidemia en la historieta El cuento de Hortensia y la Muerte” enfoca o tema da epidemia no campo dos estudos literários e compreendendo-o também como metáfora, assim como fez Josalba Santos. Escrito por **Sarahi Isuki Castelli Olvera**, professora da Facultad de Comunicación na Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, o artigo analisa a história em quadrinhos

“El cuento de Hortensia y la muerte”, produzida pela mexicana Verónica Jiménez, em 2019, criada a partir da estética neobarroca que utiliza a história emoldurada e a metalepse para representar dois cenários. Um, mágico-metafórico que apresenta a narrativa sobre um passado no qual a Morte interage com os demais personagens, deixando um rastro de destruição apocalíptica. O outro, pós-apocalíptico de ficção científica, protagonizado por uma dupla de arqueólogos extraterrestres imortais num terreno repleto de sítios arqueológicos onde eles encontraram os restos de um livro que continha a primeira narrativa e se torna artefato. Para Castelli Olvera, cada cenário-narrativa é a metáfora do outro, apresentando uma terra destruída pelas paixões humanas, assimiladas a um vírus. Nessa linha, argumenta que a obra reitera aspectos religiosos da destruição da civilização humana, em decorrência de seus pecados e paixões (como a inveja e o orgulho), numa perspectiva escatológica secularizada, na qual o apocalipse não é causado por uma divindade criadora, mas por força das ações dos próprios humanos, num “auto apocalipse”. Para a autora, os elementos dessa ficção científica que seculariza a concepção apocalíptica cristã misturam vários imaginários, como a morte, as paixões e a destruição humana, inseridos e reinterpretados numa nova história, curta, original, complexa e interessante, criada por uma jovem mexicana para dar lugar a temas e descrições que enriquecem o cômico.

Em *“Desigualdad y muerte en los confines del noroeste argentino, durante la pandemia COVID 19”*, **Federico Fernandez**, **Patricia Marisel Arrueta** e **Sebastian Matias Peralta**, ligados à Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Jujuy, na Argentina, analisam o impacto da pandemia na província argentina de Jujuy, uma área rural com população majoritariamente descendente de povos originários. O conceito de “sindemia”, inicialmente cunhado pelo antropólogo e médico americano Merrill Singer na década de 1990, em estudo com usuários de drogas nos EUA, é o ponto de partida analítico para demonstrar como as condições socioeconômicas das comunidades empobrecidas é fator ampliador do número de mortes causadas pelo vírus SARS COV, ao acentuar as desigualdades estruturais em setores vulneráveis de sociedades periféricas. Ao afirmar que as condições de trabalho, alimentação, moradia e rituais do noroeste da Argentina exercem impactos desiguais da doença na cidade de Jujuy, o objetivo do artigo é articular como as questões relativas ao binômio saúde-doença e à morte modificam as expressões do cotidiano, em especial as enraizadas nas ritualidades da morte. É nesse sentido que o elevado índice de contaminação, mortes e sepultamentos na região é abordado na perspectiva da Antropologia da pobreza, sendo interpretado como relevante para a ocorrência do que o artigo denomina de “exclusões post-mortem” devido à negação do direito a despedidas e sepultura em contexto de pobreza estrutural. Por meio da observação de fatos e por intermédio de testemunhos e entrevistas com familiares de pessoas falecidas nesse contexto, o artigo visa demonstrar que as concepções sobre a vida e a morte são partes indivisíveis de um ciclo que persiste com força e significado nos espaços públicos e privados.

O impacto da atual pandemia na acentuação das desigualdades sociais também é abordado no artigo “*Gestão da vida e da morte no contexto da COVID 19 no Brasil*”, de **Tatiana Colasante**, professora do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e **Amanda Gomes Pereira**, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMA, que analisa o cotidiano de estudantes universitárias maranhenses durante a pandemia. O objetivo do texto é apresentar as condições de vida de mulheres pertencentes às parcelas mais pobres da população da cidade de São Bernardo, no Maranhão, chamando atenção para as profundas desigualdades sociais que estão na base da constituição do nosso país e que se intensificaram no contexto pandêmico, ampliando o sofrimento social em meio a um cenário pandêmico, com subnotificações das mortes, ocultação de cadáveres e a morte social com o cerceamento dos direitos humanos. Critica-se a imposição de protocolos de biossegurança da pandemia (tais como: isolamento social e uso de álcool em gel) para populações que não têm acesso a água encanada, saneamento básico ou emprego. As autoras se utilizam da noção de “mistanásia”, que diz respeito a precariedade cotidiana da vida das populações vulneráveis, para discutir impactos socioeconômicos da quarentena. Nas entrevistas realizadas por intermédio de videochamada com universitárias da UFMA de São Bernardo, cidade no interior do Maranhão, cortes de gênero, raça e pertencimento regional aparecem como elementos ampliadores da possibilidade de morte. Salienta-se que não se trata unicamente da morte biológica. O conceito de “morte social” é utilizado para evidenciar a ampliação do sofrimento imposto às mulheres que estão submetidas a aumento de carga de trabalho, perda de renda financeira e problemas psicológicos. O contexto social da pandemia é o pano de fundo no qual o sofrimento cotidiano é agravado pelo acúmulo de papéis sociais. No artigo, a noção de necropolítica é aprofundada quando conjugada com outros marcadores sociais da diferença, a exemplo daqueles cenários nos quais sobrevivem as mulheres negras da zona rural do norte do país.

O conjunto dos artigos do presente dossiê nos permite enxergar o modo pelo qual diferentes áreas do conhecimento tecem suas considerações sobre as epidemias ao longo da História, evidenciando linhas de continuidade no tempo, seja na forma como os surtos e pandemias acentuam as desigualdades sociais; como afetam as práticas rituais ou como são apropriados pela literatura, que se utiliza de eventos reais ou imaginários para deixar marcas no imaginário.

A seção **ARTIGOS LIVRES** apresenta duas reflexões sobre questões candentes acerca da morte no atual contexto do século XXI: a indústria funerária que tem se disseminado e afirmado mundialmente e as concepções de crianças sobre a morte intanfil.

O primeiro é de autoria de **Rosa Inês Padilha Y**, doutora em Antropologia Social pela Universidad Iberoamericana, na Cidade do México. Intitulado “*Muerte y derivados: industria funeraria en la ciudad de México*”, seu objetivo é problematizar as questões relativas à morte e aos funerais na perspectiva comercial, política e ética que configuram a indústria funerária no século XXI. Para tanto, elege duas das maiores

empresas funerárias da cidade do México na atualidade como foco de seu trabalho de campo, realizado em 2018. Por meio das etnografias realizadas, o artigo aborda os primórdios desta indústria e a consolidação de um mercado da morte especializado e espacializado na Cidade do México que pretende expandir-se a todo o território nacional, como parte de uma tendência mundial na forma de se compreender e enfrentar a morte na nossa contemporaneidade. O artigo propõe que esta indústria seja entendida como um conjunto global que busca se adaptar a um universo em constante mutação, especialmente relacionado à lógica política, econômica e ética das sociedades. Parte do princípio de que os ritos funerários se constituem e se relacionam com as atitudes construídas ao longo da história e identifica como estas relações se estabelecem no campo dos valores culturais, sociais, morais e éticos.

O segundo artigo dessa seção, "*Ninõs ante la muerte de los niños. Ángeles somos y Casper el fantasma amistoso*", de **César Iván Bondar**, pesquisador de Antropologia Social do Instituto de Estudios Sociales y Humanos da Facultad de Humanidades Y Ciencias Sociales da Universidad Nacional de Misiones, na Argentina. Sua proposta é investigar o sistema de crenças construído a partir da morte de crianças e acerca da maneira como elas compreendem a imagem do "anjinho". A análise é fundamentada em trabalho de campo junto a 250 crianças de sete a onze anos, entre 2009 e 2019, na Província de Corrientes, na Argentina, e na região sul do Paraguai, com observação das crianças em dois momentos distintos, sob supervisão das respectivas famílias: um ligado à prática popular realizada por ocasião do Dia dos Mortos (entre 31 de outubro e 2 de novembro), denominado "Ángeles Somos", e outro por ocasião de uma oficina com a exibição de episódios do desenho animado "Gasparzinho, o fantasma minha camarada". O artigo demonstra que a distância física entre vivos e mortos, percebida como definitiva pelas crianças, pode ser alterada entre 31 de outubro e 2 de novembro, quando se concebe que as almas das crianças mortas retornam e permitem momentos de diálogo com as vivas por ocasião de brincadeiras e intercâmbio de músicas. Evidencia um sistema de crenças sobre a descida das almas ao mundo dos vivos segundo o qual aquelas crianças falecidas são colocadas num nível do submundo diferente dos demais falecidos ou adultos mortos. As crianças entrevistadas concebem a inevitabilidade da morte de outras pessoas, mas não se consideram como possíveis crianças mortas; de modo que os "anjinhos" serão as outras crianças falecidas. O processo de sociabilização das crianças é percebido como uma rede psicodinâmica de relações com os adultos e com outras crianças que culmina na configuração da criança falecida como um anjo e não como um falecido, visto que não se imaginam mortos.

Neste número com um dossiê sobre as epidemias, preparamos uma edição especial da seção **EM CAMPO**, voltada para três relatos de experiências de cientistas sociais, vividas ao longo da atual pandemia de Covid-19 no Brasil. O primeiro é da professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ), **Rachel Aisengart Menezes**. Intitulado "*Relato sobre internação hospitalar para procedimento*



cardiológico no início da pandemia de Covid-19", descreve sua experiência de internamento para delicado procedimento cirúrgico no coração. O segundo relato é o de **Renata de Moraes Machado**, doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que narra o cerimonial de sepultamento de uma avó querida morta em decorrência da infecção pelo novo coronavírus, em *"Velório Express': um olhar etnográfico sobre ritual fúnebre na pandemia do covid-19"*. **Tiago Amaral Sales**, doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e **Lúcia de Fátima Dinelli Estevinho**, professora mesmo programa de pós-graduação, compartilham suas reflexões por ocasião do luto pela morte do pai de um deles, vítima da doença em *"Cartografias de vida-e-morte em territórios pandêmicos: marcas-ferida, necro-bio-políticas e linhas de fuga"*.

Embora sejam escritas de teores distintos, podemos perceber por intermédio delas o impacto dos protocolos de saúde na performance dos atores sociais, assim como as problematizações que, como cientistas sociais, somos treinados a fazer, ainda que estejamos no olho do furacão da vida social. Os relatos revelam territórios de subjetividade plena, aqueles momentos em que não estamos apenas observando os "outros" com os rigores da objetividade científica, mas somos os "nativos", vivendo as experiências. E estes são dois pontos de vista interessantes para pensar.

A possibilidade de infecção pelo coronavírus e a perda de pessoas queridas para a doença tem sido ameaça constante para todos nós, cidadãos do mundo, desde o fim de 2019. Ao responder aos imperativos de biossegurança buscando evitar a contaminação, o Ministério da Saúde brasileiro editou em 25 de março de 2020 um manual com procedimentos para evitar a contaminação¹: isolamento social, uso de máscara, álcool em gel e lavagem das mãos. Caixões lacrados, corpos ensacados, funerais abreviados. Numa avalanche sanitária, nosso cotidiano e nossos rituais foram transformados a partir da possibilidade de interação com um novo agente, o vírus. Vivemos um tempo de novas informações, intervenções e impossibilidades; muitas das quais parecidas com aquelas que são objeto dos artigos do dossiê citados anteriormente.

Os cenários descritos pelos autores dos relatos propiciam reflexões sobre a dinâmica das microrrelações neste período pandêmico. Afinal, como seres sociais, aprendemos e praticamos ao longo da vida um conjunto inumerável de rituais e simbolismos que expressamos em palavras e gestos. Assim, nossa compreensão de mundo não é apenas um sistema representativo idealizado, materializando-se em atos, modos de ser e fazer, sensibilidades corporificadas. Os gestos que performamos ao longo do dia a dia são coletivamente construídos e estão embebidos em significados na maioria das vezes, inconscientes.

Como reagimos quando tudo precisa mudar? Qual o alcance dos protocolos

1 BRASIL. Ministério da Saúde. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus covid-19. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis Brasília/DF Versão 1. Publicada em 25/03/2020. Brasília/DF. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/manejo-corpos-coronavirus-versao1-25mar20-rev5.pdf> Acesso em 14 ago 2020.

de biossegurança em nossas ações cotidianas? Quais os impactos das evitações de toques e de aproximações na expressão de nossos sentimentos? Como nossos rituais estão sendo transformados pelas interdições? Os relatos desta seção permitem problematizar as distintas possibilidades e gradações de aceitação, cumprimento e descumprimento das diretrizes – ainda que em ambientes institucionalizados, como hospitais e cemitérios. As escritas estão repletas de elementos que permitem circunscrever a dificuldade de modificar técnicas já incorporadas pela experiência, além de demonstrar como os sentimentos e os movimentos, contatos de corpos e afetos estão entrelaçados no que nos constitui humanos.

Cientistas sociais são treinados para problematizar a vida em coletividade. Esta expertise pode ser posta em ação quando estamos em cena, quando vivemos o que estudamos. Sabemos que, muitas vezes, nosso treinamento científico conduz ao questionamento de saberes instituídos, e protocolos a serem adotados. O entrelaçamento entre as posições de observador e de ator fica claro nos relatos. Seja quando uma antropóloga-paciente brada alto contra o ímpeto descumpridor das diretrizes sanitárias por aqueles que deveriam segui-las à risca - como no caso da equipe do hospital que não cumpria as diretrizes de biossegurança -, seja quando a psicóloga ignora conscientemente a diretriz do isolamento social sob o ímpeto de expressar sentimentos inegavelmente associados a toques interditos - como no caso do velório no cemitério -, seja como um filho revoltado e inquieto com a partida precoce do pai, vítima da doença em estado disseminado de transmissão comunitária. Cada um de nós, ao seu modo e estilo, como cientistas sociais e participantes da coletividade, tem sido desafiado por este momento, no qual não somente os doentes e mortos estão diante de nós na iminência do contato, como também quando há outros seres contagiando nossos corpos. Estamos em cena e somos a cena deste período de liminaridade.

Para além da proximidade com os outros dois relatos, "Cartografias de vida e morte em territórios pandêmicos" proporciona uma reflexão sobre as biopolíticas de morte, mais especificamente o necro biopoder, que produz corpos demuni, sujeitos que merecem morrer e que, portanto, estão mais propensos a experienciar as marcas-feridas profundas produzidas pela pandemia. O relato argumenta que a necropolítica tem pautado as decisões de gestão pandêmica do governo brasileiro, permitindo que a morte assale intensamente corpos socialmente mais vulneráveis - pretos, pobres, LGBTQ+, idosos, indígenas. Estes corpos estão próximos do desamparo produzido pela passagem, não apenas pela finitude de seus equipamentos biológicos, como pela ruptura abrupta de todas as relações sociais essenciais à vida e de sua reconstituição, após a ocorrência da finitude. A necro biopolítica não produz só a morte, mas também as marcas-feridas que acompanharão os sobreviventes ao longo de suas trajetórias. Como é possível escapar do modelo necropolítico seletivo que está instaurado em nosso país? Os desdobramentos do relato apontam caminhos de luta: a desterritorialização dos poderes constituídos, a recriação de antigos territórios devastados e/ou a construção de novos rizomas. Se o entendimento de que vivemos na inconsciência da morte é

quase consenso entre especialistas, uma das saídas contra o biopoder constituído é a tomada de consciência da iminência da morte, principalmente neste momento histórico. Consciência individual de que a finitude está mais próxima de nós, já que o contexto pandêmico amplia as possibilidades de que ela possa nos alcançar ou atingir nossa rede de sociabilidade. Consciência coletiva que produza ação organizada que se proponha a movimentar lutas e enfrentamentos, contra o sistema instituído de reprodução das desigualdades.

Este número da **Revista M.** constitui uma oportunidade para o entendimento das complexas e profundas relações que construímos quando pensamos na morte e, especialmente, em tempos de crise, como nas pandemias. Nas reflexões, conceitos como necropolítica, sindemia, mistanásia apontam para a premência de repensar as condições sociohistóricas desiguais a que estão submetidas parcelas inteiras de populações, especialmente as do eixo sul do mundo. Os artigos podem ser tomados como essenciais para pensar as (im)possibilidades de transformação de técnicas corporais, as negociações, os conflitos resultantes de saberes, certezas e dúvidas e as frustrações da vivência dos ritos de velório, sepultamento e luto. Se na iminência da morte é preciso reordenar a regra, a leitura dos textos aqui presentes possibilita um entendimento de que nem tudo pode ser controlado, nem todas as modificações são aceitas, mesmo em períodos transitórios, como neste momento pandêmico.